



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TRANCOSO

ATA n.º 2

QUADRIÊNIO DE 2025 - 2029

(Artigo 57º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro)

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE TRANCOSO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2025**

--- Aos vinte e três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Trancoso, legalmente convocada para o efeito e presidida por António Carlos Camejo Martins, seu Presidente. A ordem de trabalhos foi a seguinte: -----

--- **Período de antes da ordem do dia.** -----

--- **Ordem do dia:** -----

--- **Ponto número um** - Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade desta e da situação financeira do Município; -----

--- **Ponto número dois** - Análise, discussão e votação de proposta de delegação de competências no Presidente da Câmara relativa a despesas plurianuais; -----

--- **Ponto número três** - Apreciação da informação do ROC sobre a situação económica e financeira do Município, respeitante ao 1º semestre de 2025; -----

--- **Ponto número quatro** - Análise, discussão e votação relativas à 4ª revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa e à correspondente alteração às Grandes Opções do Plano, para o corrente ano;-----

--- **Ponto número cinco** - Análise, discussão e votação de proposta de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem, para o ano 2026; -----

--- **Ponto número seis** - Análise, discussão e votação de proposta do Mapa de Pessoal do Município para 2026; -----

--- **Ponto número sete** - Análise, discussão e votação de proposta de Orçamento da Receita e da Despesa e das Grandes Opções do Plano para 2026; -----

--- **Ponto número oito** - Análise, discussão e votação de proposta relativa à assunção de compromissos plurianuais relacionados com a Prestação de Serviços de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos -----

--- **Ponto número nove** - Designação do representante das freguesias do concelho na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais, art.º 29º do Decreto Lei. n.º 82/2021 de 13 de outubro;-----

--- **Ponto número dez** - Designação de um representante das Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Proteção Civil; -----

--- **Ponto número onze** - Eleição do representante das Juntas de Freguesia e suplente, ao Congresso da Associação Nacional de Municípios;-----

--- **Ponto número doze** - Eleição dos representantes da Assembleia Municipal na Assembleia Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela; -----

--- **Ponto número treze** - Eleição do representante dos Presidentes das Juntas de Freguesia no Conselho Municipal da Educação; -----

--- **Ponto número catorze** - Eleição do representante das Freguesias no Conselho Cinegético e da

Conservação da Fauna Municipal. -----

--- **Período de intervenção do Público.** -----

--- Depois de assinada a folha de presenças, para verificação de quórum, constatou-se a falta dos membros da assembleia, Bruno Filipe Proença Amaral Veiga, substituído por Armandina dos Santos Almeida, João Paulo Rodrigues Matias, substituído por Diana Cristina Aguiar Santos e Maria Luisa Gil dos Santos, substituída por Helena Isabel Sabino Antunes, membros do Grupo Municipal do Partido Socialista, Maria Fernanda Covas Pires Ferreira Calais, substituída por Hugo David da Silva Neves, membro da Coligação Por Si - Por Trancoso. -----

--- Estiveram ainda presentes, em representação da Câmara Municipal, o Senhor Presidente do Município, Daniel José Salvador Joana e os Senhores Vereadores, Eduardo António Rebelo Pinto, Ana Luísa Monteiro do Couto, João Rafael Oliva de Figueiredo e Carla Fernanda Cardoso Morgado Rebelo. -----

--- O Presidente da Mesa procedeu à abertura da sessão, cumprimentando todos os presentes e agradecendo a confiança dos trancosenses que os elegeram para o novo mandato, esperando que as divergências saudáveis correspondam a muitos consensos igualitários para todos. Assinalou o início desta nova fase com o regresso à Casa Mãe da política no concelho – Salão Nobre dos Paços do Concelho. Informou que se encontrava ausente a Senhora secretária, Maria Luísa Gil dos Santos, convidando para a substituir o Senhor Presidente da junta de Palhais, João Alfredo Nascimento Santos. Questionou os membros de assembleia se tinham intenção de formar grupos municipais, dando de seguida a palavra aos mesmos. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Daniel Almeida, cumprimentando todos os presentes e desejando um feliz mandato a todos. Informou que como líder designado pelo Grupo Municipal do PS se iria constituir a bancada formada por dez deputados e sete presidentes de junta eleitos pelas listas do Partido Socialista. --

--- O membro da assembleia, João Caramelo, entregou à Mesa da Assembleia a constituição do Grupo Municipal da Coligação Por Si – Por Trancoso, com as respetivas assinaturas. -----

--- O membro da assembleia, Pedro Dias, entregou à Mesa da Assembleia a constituição do Grupo Municipal Nós Cidadãos – Unidos Por Trancoso, com as respetivas assinaturas. -----

--- No uso da palavra, o Presidente da Mesa, mencionou que se encontravam constituídos os respetivos grupos municipais, assim como definidos os respetivos períodos de intervenção para cada bancada. De seguida propôs a constituição de uma comissão, com representatividade geral, para rever e efetuar uma proposta ao Regimento da Assembleia Municipal de Trancoso, se considerarem que existe essa necessidade. Não havendo oposições à proposta, foi colocada à consideração para designação dos respetivos membros. Depois de auscultadas as várias propostas, foi decidido que a Comissão seria composta por 2 (dois) membros do PS, deputado municipal, Daniel Almeida, e presidente da junta de Moreira de Rei, Ricardo Veiga, 2 (dois) membros da Coligação Por Si – Por Trancoso, deputados municipais, João Caramelo e Gonçalo Santos, 1 (um) membro do Nós Cidadãos – Unidos Por Trancoso, deputado municipal, César Prata, 1 (um) membro do Chega, deputado municipal Luís Fernandes, e 1 (um) membro, designado

por consenso, dos Independentes, Presidente da união de freguesias de Vale do Seixo e Vila Garcia, Ivone Mouco. De seguida informou que se iria entrar no **Período de Antes da Ordem do Dia**. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Daniel Almeida, em nome da bancada do Partido Socialista apresentando a seguinte Moção: “O acesso a cuidados de saúde primários no Concelho de Trancoso: pela contratação de médicos de família e de médicos de atendimento permanente para o Centro de Saúde de Trancoso – uma resposta necessária através do Serviço Nacional de Saúde. A Assembleia Municipal de Trancoso, reunida em sessão ordinária de vinte e três de dezembro de dois mil e vinte e cinco, vem, pelo presente, pronunciar-se quanto ao acesso a cuidados de saúde primários na área geográfica do Município de Trancoso, e, de modo particular, quanto à contratação de médicos de família para a Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Trancoso, e de médicos de atendimento permanente no Serviço de Atendimento Complementar de Trancoso, em número necessário para os Utentes do respetivo Centro de Saúde. I. Enquadramento: Segundo o disposto na Lei de Bases da Saúde, aprovada em anexo à Lei n.º 95/2019, de 4 de setembro, posteriormente concretizada pelo Decreto-Lei n.º 52/2022, de 4 de agosto, na sua redação atual, que aprova o estatuto do Serviço Nacional de Saúde, interpretado conjugadamente com o disposto no Decreto-Lei n.º 61/2022 de 23 de setembro, na sua redação atual, que aprova a orgânica da direção executiva do SNS, e no Decreto-Lei n.º 102/2023, de 7 de novembro, na sua redação atual, que procedeu à criação, com natureza de entidades públicas empresariais, de unidades locais de saúde, as ULS são pessoas coletivas de direito público de natureza empresarial integrados na administração indireta do Estado, dotadas de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, que têm por missão principal garantir a prestação de cuidados de saúde primários e assegurar os meios necessários ao exercício das competências da autoridade de saúde, bem como a intervenção nos comportamentos aditivos e nas dependências. O Centro de Saúde de Trancoso é um dos treze centros de prestação de cuidados de saúde primários integrados no Departamento de Cuidados de Saúde Primários (CSP) da Unidade Local de Saúde (ULS) da Guarda, que responde hierárquica e funcionalmente ao Conselho de Administração da ULS Guarda, através da Direção Clínica para a área dos Cuidados de Saúde Primários, estando aquela, por sua vez, sob a tutela do Ministério da Saúde e sob as orientações estratégicas da Direção Executiva do SNS. Assim, é através deste modelo organizativo, que o Estado lato sensu, enquanto Pessoa Coletiva de Direito Público, entendeu conseguir concretizar, individual e coletivamente, o direito constitucional consagrado no Artigo 64.º da Constituição da República Portuguesa, à proteção da saúde, neste caso, dos cuidados de saúde primário. Isto é, compulsada a legislação aplicável às Autarquias Locais, nomeadamente, a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, não cabe ao Município de Trancoso a implementação de políticas que concretizem o direito ao acesso de cuidados de saúde primários na respetiva delimitação territorial, sendo-lhe meramente reservadas competências essencialmente de apoio logístico, cooperação institucional e gestão de infraestruturas, não abrangendo, a contratação de médicos do SNS, ou a definição de carreiras médicas no SNS mais apelativas, nem tampouco a criação de incentivos salariais ou profissionais estruturais. Todavia, caber-lhe-á sim, desencadear todos os esforços necessários no sentido

de sensibilizar as entidades oficiais, nomeadamente, a ULS Guarda, o Diretor Executivo do SNS e a Senhora Ministra da Saúde, quanto ao diagnóstico do território e respetivas necessidades, tal como passamos a elencar infra. II. A caracterização dos cuidados de saúde primários na delimitação geográfica do Município de Trancoso. Em concreto, o Centro de Saúde de Trancoso integra três unidades funcionais de prestação de cuidados de saúde primários, situados no concelho de Trancoso, a saber: (i) a Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Trancoso, doravante «UCSP de Trancoso», também conhecido por «Unidade de Consultas», atualmente Coordenado pelo Senhor Doutor João Guerra; (ii) a Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC) Terras de Bandarra – Trancoso, também muitas vezes referido como «Unidade de Cuidados ao Domicílio», atualmente coordenado pela Senhora Enfermeira Sofia Quelhas; e (iii) o Serviço de Atendimento Complementar (SAC) de Trancoso, também conhecido por «Urgências», atualmente sob a responsabilidade da Senhora Enfermeira Cristina Morgado. A carteira básica de serviços da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados de Trancoso abrange a prestação de cuidados de saúde primários nas seguintes áreas: (i) Gestão da Saúde, desde a vacinação, saúde infantil e juvenil, saúde do adulto e do idoso, saúde materna e planeamento familiar); (ii) Gestão da Doença Aguda; (iii) Gestão da Doença Crónica (como seja a diabetes Mellitus, hipertensão arterial, DPOC e Asma, doenças cardiovasculares, depressão, ansiedade e outras doenças mentais, doenças osteoarticulares, domicílios programados a doentes dependentes, e gestão de outras doenças crónicas); (iv) Tratamentos de Enfermagem. Esta atividade assistencial da UCSP de Trancoso é desenvolvida em quatro polos de Saúde do Concelho, a saber: (i) Trancoso, (ii) Guilheiro, (iii) Reboleiro, e (iv) Vila Franca das Naves. Este serviço encontra-se reservado aos Utentes inscritos nesta UCSP de Trancoso, devendo ser atribuído a cada Utente registado o respetivo médico e enfermeiro de família. Todavia, verifica-se que, ao momento, cerca de mil utentes desta UCSP de Trancoso encontram-se sem atribuição do respetivo médico de família. Já o Serviço de Atendimento Complementar de Trancoso, presta atividade assistencial na sede do Concelho, destinando-se a assegurar atendimento em situações agudas, sem marcação prévia, sendo o Utente avaliado e consultado por um(a) enfermeiro(a) e um(a) médico(a) disponível para o efeito durante vinte e quatro horas. Todavia, ao momento, têm-se verificado vários encerramentos, devido à falta de médicos que permitam assegurar este serviço. Adicionalmente, e em linha com a falta de médicos de família para atendimento no UCSP de Trancoso, não raras vezes, o SAC de Trancoso verifica longas horas de espera para atendimento, misturando situações agudas que necessitam de uma avaliação rápida e prioritária, com atendimentos para despacho de exames ou dispensa de medicação diária. Esta realidade, infelizmente, é partilha por muitos Municípios, nomeadamente, e com especial agravo, pelos Municípios situados nos territórios de baixa densidade populacional, mais distantes dos principais polos de dinamização económica do país, e com uma caracterização demográfica que, tendencialmente, exige mais cuidados de saúde. Ora, no programa eleitoral do Governo Constitucional atualmente liderado pela Coligação de Direita Conservadora PSD-PPD / CDS-PP, em campanha eleitoral para as eleições legislativa de março de 2024, prometeram aos portugueses um «Plano de emergência para a saúde em 60 dias», que, entre outros, asseguravam aos portugueses resolver

todos os problemas do SNS. De facto, face ao envelhecimento da população portuguesa, bem como a mudança de paradigma quanto às expectativas e exigências de acompanhamento contínuo de saúde preventiva por camadas mais jovens da população que anteriormente não recorriam preventivamente, com tanta frequência, ao SNS, e bem assim o aumento populacional das comunidades imigrantes, tão necessárias para o nosso mercado de trabalho e correspondente crescimento económico, aliado ao aumento das perspectivas remuneratórias dos médicos no sistema privado de saúde nacional e de outros países europeus, o SNS começou a evidenciar necessidades especiais que exigiam uma diferente abordagem; diferente abordagem essa que o Partido Socialista iniciou em 2022 e 2023, através da implementação de um conjunto de medidas relativas à reorganização do SNS e respetivos incentivos de carreira. Ainda assim, tal realidade não impediu a Coligação de Direita Conservadora PSD-PPD / CDS-PP de criar a sensação de que os problemas do SNS resultavam de uma alegada incompetência do Governo, e sobretudo da Tutela, em encontrar políticas públicas que resolvessem os problemas que se começavam a verificar, invocando que com a sua Governação todos os problemas do SNS ficariam resolvidos em 60 dias. Contudo, passados quase dois anos, os problemas do SNS, não só não se resolveram, como ainda se adensaram. É hoje unânime para os portugueses que o SNS está pior do que estava no início de 2024, adensando-se as mortes, as urgências encerradas, as longas filas de espera, as polémicas, as greves e, fundamentalmente, a falta de uma propositura política de investimento efetivo no SNS que dê resposta cabal às preocupações da população portuguesa, em geral, e das nossas gentes de Trancoso, em particular.

III. Propositura política: Face ao enquadramento supra aduzido, a Assembleia Municipal de Trancoso, reunida em sessão ordinária de vinte e três de dezembro de dois mil e vinte e cinco, resolve, nos termos do disposto no artigo 63.º, n.º 1, alínea b), do regimento: 1. Mandatar o Presidente da Câmara Municipal de Trancoso, bem como os primeiros subscritores da presente Moção, para reunir com a Coordenação e Responsáveis do Centro de Saúde de Trancoso, o Conselho de Administração da ULS Guarda, a Direção Executiva do SNS e a Senhora Ministra da Saúde, em afirmação das necessidades da população do Município de Trancoso, no sentido de serem adotadas medidas eficazes que assegurem o acesso universal e tendencialmente gratuito à prestação de cuidados de saúde, em cumprimento do artigo 64.º da Constituição da República Portuguesa, nomeadamente, mas não limitadamente, de que: (i) É através do Serviço Nacional de Saúde, universal e tendencialmente gratuito, que devem ser dadas respostas cabais às necessidades das populações que habitam o território do Município de Trancoso; (ii) A gestão, organização e planeamento dos recursos humanos do SNS, nomeadamente, a contratação de médicos de família para os cuidados de saúde primários e médicos para atendimento permanente no SAC de Trancoso, devem ser a prioridade máxima do Estado, devendo ser desencadeados todos os esforços para a contratação do número de médicos necessário para as necessidades dos diferentes setores populacionais que habitam o território do Município de Trancoso. Após votada e aprovada em sessão ordinária da Assembleia Municipal de Trancoso de vinte e três de dezembro de dois mil e vinte e cinco, deverá a mesma ser remetida às entidades supra identificadas juntamente com uma proposta de data para a respetiva reunião.” -----

--- No uso da palavra, o Presidente da Assembleia Municipal colocou a Moção à discussão. Não havendo inscrições a mesma foi colocada a votação, tendo sido aprovada por maioria, com 21 (vinte e um) votos a favor, 14 (catorze) votos contra e 7 (sete) abstenções. -----

--- Interveio o membro da assembleia, António Nascimento, desejando a todos um excelente mandato, sendo uma honra regressar a esta assembleia, encontrando-se disponível para colaborar nos destinos do concelho e da vida dos trancosenses. Mencionou a taxa de saneamento que considera injusto e imoral, solicitando que se conceda justiça social e que o problema se resolva, pagando apenas a referida taxa os que usufruem do serviço. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Mário Gonçalves, mencionando o atraso no envio dos documentos para os órgãos municipais, nomeadamente a informação do Senhor Presidente de Câmara, esperando que não se torne uma prática corrente. Solicitou a disponibilização das atas das reuniões do executivo, em tempo útil, para que possa existir uma melhor preparação e assim “ganhar a democracia”. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Gonçalo Santos, realçando a importância da transparência para evitar a desconfiança e insatisfação dos cidadãos, lançando a proposta de transmitir publicamente as reuniões do executivo, com os seus vereadores, para que os cidadãos saibam o que se discute, como se decide e porque se decide. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Luís Fernandes, manifestando orgulho em estar presente nesta Assembleia e representar os trancosenses com uma visão diferente e com um olhar de futuro. Relembrou o proferido pelo doutor José Amaral Veiga, em reunião de tomada de posse da Assembleia Municipal, em 2021, falando da desertificação da região e do concelho que, volvidos mais de 4 (quatro) anos, continua a ser um problema real de toda a população, constatando que Trancoso enfrenta um problema maior, sendo um concelho cada vez mais pequeno, mais envelhecido e com cada vez menos jovens, alertando que a demografia não é um destino é uma consequência. Mencionou ver implementadas no orçamento das GOP's para 2026, de forma otimista áreas como a educação, habitação, turismo e segurança, mas o problema não é o que se enumera é o que não se responde. Realçou o papel fiscalizador da Assembleia Municipal, existindo para garantir as decisões tomadas de modo a que não hipotecam o futuro do concelho, salientando que o Executivo Municipal ainda vai a tempo de mudar o rumo e as perspetivas anteriores, criando oportunidades de emprego, investimento e formas de fixar pessoas no concelho. Questionou o Executivo se considera a proposta do Partido Chega, na área da saúde, sugerindo a passagem do SAC (Serviço de Atendimento Complementar) para o SUB (Serviço de Urgência Básico). Finalizou referindo que Trancoso não pode ser governado para sobreviver, tem que ser governado com olhar para o futuro, para a sua gente e com ambição. Sem pessoas não há futuro e sem futuro não há concelho. -----

--- Interveio o Presidente de junta de freguesia do Reboleiro, José do Nascimento, mencionando o regresso das reuniões da Assembleia Municipal ao Salão Nobre dos Paços do Concelho, realçando a necessidade de descentralizar as respetivas reuniões, aproveitando para disponibilizar um espaço no Reboleiro, para que se pudesse realizar, um dia, uma reunião da Assembleia Municipal. Realçou a Moção aprovada anteriormente

relativa ao tema da saúde, salientando a existência de extensões de saúde, em Vila Franca das Naves, no Reboleiro e Guilherme, reconhecendo que tudo tem sido feito para a presença de médicos nesses locais, solicitando que seja prestado um esclarecimento relativamente a esta situação. Questionou o Presidente do Município se tinha ou não intenção de delegar competências nos presidentes de juntas. Finalmente realçou a falta de qualidade na conduta na Ribeirinha, Palhais e Benvende. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Paulo Coelho, apresentando duas propostas, uma em relação ao projeto da rotunda da Batalha de São Marcos, considerando que merece ser alvo de intervenções de melhoria. A segunda trata-se de uma proposta de um evento multicultural, a realizar em 2026, para acolher a comunidade imigrante, Indianos, Brasileiros, Nicaraguenses, Africanos, existente em Trancoso e integrá-la na nossa sociedade. Mencionou a inauguração da Rotunda dos Bombeiros, em julho, salientando o atraso na recuperação do asfalto da estrada que faz ligação de Trancoso para Fiães, sendo um grande polo de circulação, devido ao Pingo Doce. Questionou o porquê de o ar condicionado estar permanentemente ligado, no edifício da Câmara de Trancoso, numa época em que se fala tanto de ambiente e de poupança económica.-----

--- Interveio o membro da assembleia, Pedro Dias, questionando a razão pela qual o Museu do Lagar de Azeite de Freches se encontra encerrado, sendo apenas efetuadas atividades pontuais para responder a pedidos. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Leonel Alves, dando as boas vindas aos novos membros da Assembleia Municipal e reabrindo os que já faziam parte da anterior Assembleia. Realçou a importância dos interesses do Município de Trancoso, acrescentando que continuará a defender Vila Franca das Naves, deixando o convite para que, se possível, seja feita uma Assembleia Municipal também em Vila Franca das Naves. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Caramelo, compreendendo que o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia tenha optado por efetuar a primeira reunião da Assembleia, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, no entanto considera não ser o lugar com as melhores condições para uma Assembleia Municipal, realçando a necessidade de um local com mais condições para facilitar o trabalho dos deputados municipais, evidenciando que apenas deveria ser utilizado para cerimónias que o justifique. Solicitou a correção no site do Município, do número de membros eleitos do Partido Socialista, uma vez que se encontrava um lapso, tendo sido referidos 11 (onze) em vez de 10 (dez), como o correto. Mencionou que a bancada da Coligação Por Si - Por Trancoso, manterá a intenção máxima de lealdade e de frontalidade e que poderão contar com a colaboração institucional, sem omissão do dever de discordar, de criticar, de fiscalizar e de propor, sendo o momento indicado para manifestar o compromisso cívico com os eleitores, no sentido de procurar dar corpo a um objetivo comum a todos, a construção de um futuro melhor para os cidadãos do concelho de Trancoso .-----

--- No uso da palavra, o Presidente da Câmara, desejou um bom mandato a todos, realçando a renovação da composição das bancadas e a experiência, de modo a equilibrar as intervenções, fazendo votos para que

a assembleia cumpra o seu dever de representatividade. Enalteceu as intervenções de qualidade já efetuadas pelos vários membros da Assembleia. Saudou a Moção apresentada pelo Partido Socialista, aprovada por maioria, considerando importante atribuir responsabilidade a quem a tem, estando o tema da saúde a ser tratado de forma demagógica no concelho de Trancoso. Em resposta ao deputado António Nascimento, relativamente à taxa de saneamento, fez referência à legislação que segue o princípio do utilizador – pagador, prevendo a existência de serviços fixos e serviços móveis de saneamento, aluindo que o concelho é bastante complexo e que nem todos as localidades tiveram acesso às mesmas infraestruturas, estando recetivo a que qualquer Partido ajude a encontrar uma solução equilibrada e percecionada como mais justa, de modo a aliviar uma faixa da população, que por razões alheias, se encontram em situações mais vulneráveis para pagar este tipo de serviço. Quanto à questão levantada pelo deputado, Mário Gonçalves, registou o pedido para a disponibilização o mais atempado possível da documentação. Em resposta ao deputado Gonçalo Santos, acerca da transmissão online das reuniões do Executivo Municipal, afirmou ainda não ter uma opinião fechada sobre o assunto, conduzindo ao risco de as transmissões serem banalizadas, salientando que as atas de reunião do Executivo já são públicas, encontrando-se disponíveis para consulta no site do Município. Em resposta ao deputado, Luís Fernandes, confirmou o desafio existente sobre a desertificação e o despovoamento, salientando que entre 2023 e 2024 já tinha havido uma inversão dos números da demografia, com um saldo demográfico positivo, ou seja, um acréscimo da população. Solicitou mais informações sobre as modalidades referidas pelo deputado sobre a saúde, SAC e SUB, para se pronunciar sobre o assunto. Sobre a sugestão da descentralização das assembleias, levantada pelo Presidente de junta de freguesia do Reboleiro, José Nascimento, salientou que seria mais uma forma de acompanhar a política do Executivo, já posta em prática, na deslocação às freguesias para atender os munícipes. Quanto ao não encerramento definitivo das extensões de saúde de Reboleiro e Guilherme, referiu terem existido diversas reuniões, onde foi abordado o assunto, não tendo o rumo dos acontecimentos sido o ambicionado, nesse sentido foi solicitado uma reunião ao Senhor Diretor dos serviços de saúde primários da ULS da Guarda, Dr. Bruno Morrão, tendo sido apelado para que se enveredasse por uma solução híbrida que pudesse satisfazer as necessidades da sede do concelho, sem abandonar as extensões de saúde do concelho. No que diz respeito à conduta adutora da Ribeirinha necessita de mais informação para se poder pronunciar. Concordou com a delegação de competências nas juntas de freguesias, considerando ser um contrato vantajoso para ambas as entidades, tornando-se num processo de celeridade de resolução de problemas dos munícipes. Quanto à intervenção do deputado Paulo Coelho, informou que tem ideias para reforçar a presença da Batalha de Trancoso assim como outros acontecimentos históricos. Enalteceu a ideia do evento multicultural salientando o facto de que quanto melhor for a integração dessas comunidades, melhor funcionará a comunidade de Trancoso. Considera ser de extrema importância a reparação da rua Dom João Castro, rotunda dos Bombeiros, junto ao Pingo Doce. No que diz respeito ao funcionamento do ar condicionado, no edifício da Câmara, será feita uma verificação. Em resposta ao deputado Pedro Dias, concordou com a importância das freguesias na ambição turística e informou que o Museu do Azeite pode

ser visitado mediante marcação com a junta de freguesia, realçando ser necessário dar-lhe mais visibilidade e enaltecer o lugar com mais conteúdos atrativos. Respondendo ao deputado Leonel Alves, reiterou os votos de um bom mandato e elogiou-o pela atitude e particularidade com as quais defende a freguesia de Vila Franca das Naves e o concelho de Trancoso. Em resposta ao deputado João Caramelo, informou que registou a qualidade das suas intervenções no último mandato, sempre com grande sentimento de compromisso e concordou com a ideia que “devemos sempre acrescentar algo àquilo que recebemos”. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Daniel Almeida, registando com agrado a aprovação da Moção apresentada pelo Partido Socialista, lamentando a reprovação da Moção por parte do PSD e da Coligação.

--- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto um** da ordem do dia. -----

--- No uso da palavra, o Presidente do Município começou por referir que as últimas semanas tinham sido pautadas por uma intensa atividade de auscultação, conhecimento da realidade do Município e das Instituições/Associações, de modo a estabelecer alicerces sólidos afim de exercer uma política efetiva que possa ir ao encontro das aspirações da sociedade civil, passando por todos os setores importantes como segurança, saúde, educação, proteção civil e turismo. Salientou a descentralização do atendimento aos munícipes por ter passado de 2 (dois) pontos de atendimento para 5 (cinco) pontos, Trancoso, Vila Franca das Naves, Reboleiro, Freches e Moreira de Rei, escolhidos por questões geográficas e populacionais. Finalizou fazendo referências às várias atividades do Município, destacando a Feira Internacional de Turismo em Valladolid e o Natal com a rubrica Magia de Natal no Mundo. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Nadine Ambrósio, mostrando a sua disponibilidade para contribuir na melhoria das condições dos cidadãos. Evidenciou a importância do tema saúde e manifestou preocupação pelo encerramento da extensão de saúde do Reboleiro e Guilherme, que presta apoio a cerca de 700 (setecentos) utentes e têm como principais destinatários a população idosa com falta de mobilidade e vários Centros de Dia instalados nessa região, salientando também a falta de médicos em Trancoso. Mencionou todas as ações tomadas pelo Município, juntas de freguesias e associações para solucionar esta situação. Felicitou o Presidente do Município pela iniciativa de descentralização dos atendimentos e deslocações que refletem um serviço de proximidade com os cidadãos. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Helena Antunes, mencionando a ideia de afirmar Trancoso como referência cultural e histórica, saudando a ideia da integração multicultural e da atividade do Natal no Mundo. Salientou que Vila Franca das Naves foi em tempos e continua a ser uma porta de entrada de muitas comunidades de imigrantes, aproveitando os recursos existentes nesta localidade, pretende que o Centro Cultural Miguel Madeira, tenha uma utilização mais frequente para a integração multicultural, através da promoção e dinamização de eventos e convívios. -----

--- Interveio o membro da assembleia, António Nascimento, agradecendo ao Senhor Presidente todos os esforços feitos no que diz respeito à prestação de serviços de saúde, na ala Norte do concelho, considerando que a saúde é um problema transversal a todos, no entanto lamentou a Moção apresentada pelo deputado, Daniel Almeida, que fala de saúde mas, por diversas vezes, fala de direita conservadora, considerando que

o deputado pelo percurso académico e político, deveria ter a honestidade de aceitar que o espectro político é muito maior, tendo mencionado que tudo o que estiver à direita do Partido Socialista é cinzento. Terminou sugerindo o melhoramento das condições dos espaços onde são prestados os serviços de saúde, incluindo os serviços de enfermagem. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Daniel Almeida, pedindo defesa da honra, esclarecendo o deputado António Nascimento que aprecia a sua intervenção, mas a Moção não coloca em zona cinzenta nenhum partido, alertando que em todas as Moções, anteriormente, apresentadas pelo PSD a bancada do PS também não concordava com certas frases e sempre votou favoravelmente. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Paulo Coelho, referindo a reabilitação da Torre de Menagem do Castelo de Trancoso e questionando sobre o prazo de conclusão da obra. -----

--- Interveio o Presidente de junta de freguesia do Reboleiro, José Nascimento, mostrando a sua disponibilidade para ajudar na luta contra o problema de falta de médicos. Concordou com a descentralização do atendimento aos fregueses nos quatro pontos de atendimento. Mencionou estar um funcionário do Município a desempenhar funções nas freguesias de Reboleiro, Palhais e união das freguesias de Torre do Terrenho, Sebadelhe da Serra e Terrenho, prestando um serviço de qualidade, no entanto considera que uma pessoa não é o suficiente para abraçar todas as freguesias, sugerindo a colocação de um funcionário nas freguesias de Reboleiro e Palhais e outro na União das freguesias Torre do Terrenho, Sebadelhe da Serra e Terrenho. Alertou que na anterior ata se encontra a designação de “Zona Industrial do Reboleiro” e para estar correto deverá ser “Zona Industrial da Ribeirinha”. Apelou à conclusão do projeto da Ponte da Ribeira do Paul. -----

--- Interveio o presidente da união das freguesias de Torre do Terrenho, Sebadelhe da Serra e Terrenho, António Carvalheira, respondendo ao presidente de freguesia do Reboleiro, que aceita de bom grado um funcionário. Recordou que, em 2022, foi abordado o desenvolvimento da Barragem da Teja, nomeadamente o avanço das três envolventes da barragem, salientando que, atualmente, existem situações de pessoas a utilizarem indevidamente a zona da água, defendendo a necessidade urgente de resolução deste problema. Solicitou igualmente o apoio da Câmara Municipal para a definição e composição dos limites da área da barragem, os quais se encontram em mau estado. De seguida, destacou dois assuntos urgentes relacionados com os cemitérios das Corças e Mendo Gordo, sendo que em Mendo Gordo apenas estão disponíveis 4 (quatro) campas e nas Corças 7 (sete), pelo que se torna necessário o prolongamento/arranjo dos respetivos cemitérios, salientando que em Mendo Gordo existe terreno baldio, embora as condições do solo dificultem os trabalhos, já nas Corças será necessário negociar a aquisição de terrenos confinantes. Recordou ainda uma situação ocorrida em 2022, nas Corças, relativa ao caminho de acesso ao galdério, cujo financiamento ficou repartido em três partes iguais entre a junta de freguesia, os compartes e a Câmara Municipal, tendo à data ficado por executar trabalhos avaliados em cerca de 5.000,00€ (cinco mil euros) por entidade, sendo que atualmente os custos são superiores aos inicialmente previstos. Informou que tem

mantido contactos com as operadoras de internet, alertando para as dificuldades de acesso à rede em várias localidades da freguesia, defendendo a necessidade de melhorar a cobertura digital no território. -----

--- Interveio o presidente da junta de freguesia de Palhais, João Santos, referindo que avançou com várias obras na freguesia após as eleições, o que permitiu reduzir custos, convidando o Senhor Presidente da Câmara a visitar a Ribeirinha para observar os trabalhos realizados, nomeadamente em caminhos, muros de suporte e zonas ribeirinhas. Mencionou ainda projetos futuros, como a zona paisagística junto ao avião e a Casa do Coronel. Manifestou preocupação com a degradação ambiental do rio, alertando para a responsabilidade humana dessa situação, bem como para o mau estado da estrada municipal da Ribeirinha e pontos perigosos junto a coletores rodoviários, onde já ocorreram acidentes, defendendo a intervenção preventiva. Na área da educação, destacou os resultados muito positivos da avaliação externa ao agrupamento escolar, com classificação de “Muito Bom”, nos quatro domínios avaliados, realçando o bom desempenho académico, inclusive, de alunos de contextos desfavorecidos, o envolvimento da comunidade educativa e a existência de 17 (dezassete) clubes escolares. Salientou o esforço das equipas docentes e administrativas e a satisfação manifestada pelos encarregados de educação. Referiu ainda desafios futuros ligados à demografia e à falta de recursos humanos, sublinhando a importância da educação enaltecida pela boa articulação com o Município, manifestando confiança no Executivo e informando que os resultados finais do relatório serão divulgados oportunamente. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Caramelo, assumindo a responsabilidade política da sua bancada de não votar favoravelmente a Moção apresentada pelo Partido Socialista, salientando a problemática da saúde, em especial a situação das urgências e a necessidade de manter em funcionamento o centro de saúde de Trancoso e as suas extensões. Enfatizou que a contratação e colocação de médicos é competência do Estado Central, mas evidenciou que o Município tem responsabilidade política em criar condições que tornem as freguesias atraentes para profissionais de saúde, garantindo qualidade de vida e condições de fixação, alertando que a ausência de políticas locais eficazes impede a vinda e permanência de jovens médicos no concelho, sendo necessário implementar iniciativas concretas para atrair profissionais, realçando que esta responsabilidade é política e deve ser assumida pelo Município perante os cidadãos. Mencionou que continuam a existir muitas obras em execução que passam de orçamento em orçamento, de exercício em exercício e que continuam a ser contempladas nas Grandes Opções do Plano, solicitando que sejam concluídas algumas dessas obras. Relativamente à execução orçamental e obras municipais, apresentou dados, indicando défices de execução tanto na receita como na despesa. Em 2025, a taxa de execução da receita foi de 61,06%, sendo que 73,94% são referentes a receitas correntes e apenas 27,61% a receitas de capital. A taxa de execução da despesa foi de 53,24%, com despesa para obras de apenas 33,26% do previsto. Destacou que estas baixas taxas refletem problemas na cobrança de receitas, no cumprimento do plano de atividades e na gestão de obras e investimentos, incluindo fundos europeus. Salientou que a não manutenção e não construção de património aumentará o custo futuro de intervenção. Concluiu que, sem uma política local eficaz em saúde e uma gestão orçamental rigorosa, o Município

enfrenta dificuldades crescentes na prestação de serviços à população e na execução das obras previstas.

--- Interveio o membro da assembleia, Leonel Alves, reiterando a informação da deputada, Helena Antunes, que Vila Franca das Naves tem relevância histórica na imigração. Destacou que a localidade enfrenta dificuldades habitacionais devido à redução do PDM (Plano Diretor Municipal) e que o Centro Cultural Miguel Madeira está subaproveitado, sugerindo a criação de atividades que o dinamizem. Salientou a importância de apoiar e proteger iniciativas culturais e da integração na região, chamando a atenção do presidente da junta para estas questões. -----

-- Interveio o membro da assembleia, Pedro Dias, fazendo uma avaliação do documento apresentado distinguindo a qualidade da quantidade, alertando que existe uma falta de estratégia e de avaliação de impacto. Comentou a falta de muitos aspetos no documento (como custos individuais de projetos, prazos de execução, etc.). Este documento revela uma governação reativa e rotineira, centrada na gestão do dia a dia e ausência estratégica de média e longo prazo. O concelho precisa de mais ambição política, mais planeamento e mais coragem para decidir em vez de extensos relatórios. -----

--- No uso da palavra o Presidente do Município, agradeceu à deputada Nadine Ambrósio por ter demonstrado a sua disponibilidade na luta contra o encerramento das extensões de saúde, sendo um dever para abranger os direitos dos munícipes. Saudou a intervenção da deputada Helena Antunes, no sentido de mostrar ter orgulho de ser do concelho de Trancoso, mas não existe nenhum orgulho que o concelho não seja premiado e ligado ao mundo, sempre com respeito pela igualdade, dignidade e trabalho humano. Em resposta ao deputado António Nascimento informa que disponibilizará todos os incentivos possíveis para poder pesar na decisão de algum clínico, considerando não serem um fator decisivo para a atração dos mesmos. Em resposta ao deputado Paulo Coelho, informa que as obras, da Torre de Menagem, por indicação do empreiteiro da obra, terão data prevista de conclusão no final de janeiro. Em resposta ao agradecimento do Presidente de junta do Reboleiro, José Nascimento, salienta essas deslocações como necessárias para o bom conhecimento da realidade do concelho. Quanto à questão dos funcionários informa que primeiro terá de dar respostas às juntas que ainda não têm nenhum funcionário e só posteriormente reforçar com mais funcionários as que já têm. Informou que o projeto da Ribeira do Paul já se encontra incluído nas GOP e será votado de seguida. Em resposta ao presidente da união das freguesias da Torre do Terrenho, Sebadelhe da Serra e Terrenho, António Carvalheira, informa que já constatou algumas necessidades e que a freguesia podia contar com o apoio da Câmara Municipal para as intervenções necessárias, mas para a Barragem da Teja deverá existir um projeto mais aprofundado. Acerca dos cemitérios deverá haver negociação dos terrenos. Em relação à colocação da fibra ótica, a prioridade será a intervenção nas zonas mais afetadas pelos incêndios. Salienta que a colocação de fibra ótica no concelho já foi adjudicada, mas existe uma providência cautelar que está a afetar o início dos trabalhos, esperando que seja uma situação célere. Em resposta ao Presidente de junta de Palhais, João Santos, compromete-se a visitar as obras que estão a decorrer em Palhais. Felicitou o Agrupamento de Escolas e salientou que já fez algumas reuniões e reforços de recursos humanos e materiais na área da educação. Informa o deputado

João Caramelo, que aceitou a votação desfavorável da Moção, comunicando que se mantém disponível para proporcionar condições atrativas para que os médicos se localizem neste concelho. Em relação às obras informa que algumas estão a avançar e que irão continuar até estarem finalizadas. Relativamente às taxas informa que irão tentar melhorá-las. Em resposta ao deputado Leonel Alves, confirma a centralidade de Vila Franca das Naves e concorda que a freguesia merece os investimentos. Esclareceu o deputado Pedro Dias, que o documento é mesmo descritivo e não estratégico, sendo o mais próximo possível de uma agenda, para que os deputados municipais saibam o que o Presidente fez e onde esteve. -----

--- Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto dois** da ordem do dia. -----

--- No uso da palavra, o Presidente do Município informou que a proposta de delegação de competências no Presidente da Câmara relativa a despesas plurianuais já foi apresentada e aprovada em reunião de Câmara, carecendo de autorização por parte da Assembleia Municipal. Nesse sentido, o objetivo desta proposta será de agilizar os processos, com celeridade e eficácia, desde que a despesa não ultrapasse os 500 000,00€ (quinhentos mil euros). -----

--- Não havendo inscrições para este ponto, foi colocada a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto três** da ordem do dia. -----

--- No uso da palavra o Presidente da Câmara, informou que o relatório do ROC (Revisor Oficial de Contas) se tratava de um documento para apreciação, respeitante ao primeiro semestre de 2025. Indicou informações sobre o património líquido e passivo, o prazo médio de pagamento aos fornecedores, que se encontrava à data em 14 (catorze) dias, dívida global do Município representava indicativamente 0,91% vezes a média da receita corrente líquida cobrada dos últimos 3 (três) anos, quando o limite é 1,5%, a dívida total ascende a 11.190.687,14€ (onze milhões, cento e noventa mil, seiscentos e oitenta e sete euros e catorze cêntimos) da dívida total e a execução orçamental com uma despesa de 23% e uma receita de 35%.

--- O Presidente da Mesa colocou o ponto à discussão, não havendo inscrições, informou que se passava ao **ponto quatro** da ordem do dia. -----

--- No uso da palavra o Presidente da Câmara, salientou que a 4ª Revisão ao orçamento da receita e da despesa resulta da necessidade de incluir um projeto, relativo à requalificação dos arruamentos na aldeia dos Montes, que foi uma das mais afetadas pelos incêndios de agosto, assim como pelas enxurradas de outubro, motivo pelo qual houve a necessidade da revisão orçamental na ordem de 50.000,00€ (cinquenta mil euros). -----

--- O Presidente da Mesa colocou o ponto à discussão, não havendo inscrições, passou-se à votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. Informou que se iria passar ao **ponto cinco** da ordem do dia. ---

--- No uso da palavra o Presidente de Câmara, mencionou a Lei n.º 16/2022 que habilita os municípios a cobrar direitos de passagem sendo uma contrapartida que podem cobrar pela passagem de infraestruturas relativas às telecomunicações, esta taxa é de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco) sem nenhum impacto no consumidor, propondo deste modo que a Assembleia autorize a cobrança desta taxa. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Gonçalo Santos, realçando a importância do acesso à internet que se tornou um recurso essencial para a estratégia de fixação de pessoas, criação de oportunidades de trabalho (remoto ou não), assim como para o turismo e pequenos negócios. Acrescentou que também é essencial como meio de acesso à informação, à comunicação institucional, à difusão de planos de emergência e avisos de proteção civil, assim como à comunicação dos serviços públicos. Alertou que várias habitações no concelho de Trancoso não têm acesso à rede de fibra, causando uma desigualdade territorial. Apesar de existir um concurso nacional para ampliação da rede o mesmo encontra-se suspenso, nesse sentido questionou quais as diligências efetuadas pela Câmara Municipal e entidades competentes para defender os interesses do concelho de Trancoso? Que papel está a ser desempenhado pelo Município para acelerar este impasse? e finalmente se existe alguma estratégia para mitigar as várias falhas? Defendeu que garantir o acesso à internet é garantir dignidade, igualdade de oportunidades e acesso livre à informação, integrando todos em sociedade. -----

--- No uso da palavra o Presidente da Câmara, concordou com o proferido pelo deputado Gonçalo Santos, apesar de já ter vindo a notar um maior desenvolvimento no acesso à informação, realçando que a conectividade é a maior oportunidade existente para os territórios no futuro. Informou que já foram feitas algumas diligências por parte da Câmara, nomeadamente reuniões com a empresa DStelecom e deslocações à freguesia de Vale do Seixo, onde seria localizada uma infraestrutura central, que faria a irradiação para outros pontos, no entanto a situação ficou bloqueada devido à providência cautelar apresentada pelo segundo concorrente, que se sentiu lesado, encontrando-se as operações paradas até decisão do Tribunal. Assim que exista uma decisão por parte dessa entidade serão retomados os serviços para apressar o processo. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Luís Fernandes, questionando o presidente da Câmara se reconhece a oportunidade que é o investimento nas novas tecnologias e no novo mercado dos nómadas digitais interrogando se a colocação de taxas não será um incentivo à desaceleração e ao mesmo tempo dificultar este mercado. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Pedro Dias, afirmando que em algumas aldeias do concelho a fibra ótica já se encontra instalada, questionando se o processo foi parado a meio ou se estamos perante processos distintos. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Daniel Almeida, mencionando ser uma forma de obter receita sem ter repercussões no consumidor. -----

--- No uso da palavra o senhor presidente, respondeu ao deputado Luís Fernandes defendendo a ideia que as taxas não iriam incidir sobre os munícipes, mas sim sobre as empresas que prestam esses serviços e que deixam algum impacto no território, desse modo esta receita pode ser utilizada para criar as condições de usufruto para quem trabalha com as tecnologias e quem trabalha à distância. Em resposta ao deputado Pedro Dias confirmou que são processos distintos. Em relação à intervenção do deputado Daniel Almeida esclareceu que mesmo não sendo uma receita muito significativa, não será repercutida nos consumidores,

sendo uma receita extraordinária para o Município. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Pedro Dias, questionando o Presidente de Câmara, qual o procedimento necessário efetuar para que se possa requisitar o serviço de fibra ótica, para as aldeias anexas a Moreira de Rei. -----

--- No uso da palavra o Presidente de Câmara informou não ter uma resposta de imediato, ficando a promessa de resposta posteriormente. -----

--- O Presidente da Mesa colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria com 1 (um) voto contra. O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto seis** da ordem do dia. -----

--- Usou da palavra o Presidente de Câmara informando que, de acordo com o artigo 29º da LTFP (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas), é necessário trazer anualmente à Assembleia Municipal o Mapa de Pessoal para o ano civil seguinte, sendo um documento previsional que indica os postos de trabalho do município previstos, para desenvolver com eficácia e eficiência a sua atividade. Na preparação deste mapa procedeu-se ao levantamento das necessidades das diferentes divisões e chefias, tendo sido verificados dois desafios. Por um lado, um acréscimo da força de trabalho por via da exigência e abrangência de alguns setores, bem como pelas saídas por força da idade, por outro lado existe a necessidade de manter no Mapa de Pessoal os lugares de origem, nomeadamente dos chefes de divisão que estão a cumprir funções em comissão de serviço e que têm o direito de ter o seu lugar de retorno, disponível, quando cessarem essas funções. O Mapa de Pessoal para 2026 prevê 315 (trezentos e quinze) postos de trabalho com 283 (duzentos e oitenta e três) ocupados, 24 (vinte e quatro) considerados necessários e os restantes para comissão de serviço. Relativamente a 2025 existe um decréscimo de 6 (seis) postos de trabalho. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Joaquim Cavaca, mencionando que dentro dos quadros técnicos todos têm ambições, querendo sempre a excelência, com a ambição de: crescer em formação e tecnicamente, trabalhar em equipa, ser responsável e gostar daquilo que se faz, sendo responsabilidade de cada um apostar em formação. Mencionou um técnico do Município que foi designado pela Lei de Base da Proteção Civil, para Coordenador de Proteção Civil e que vai ter uma verba disponível de cerca de 1.300,00€ (mil e trezentos euros) para formação. Fez referência à formação académica como necessária e a formação específica como obrigatória, dotando os profissionais das competências necessárias para a coordenação nacional, municipal e gestão de emergência. Finalizou mencionando compreender a designação embora não considere justo para com os restantes funcionários a desempenhar funções no Município e que não terão os mesmos privilégios. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Luís Fernandes, referindo que tem vindo a assistir a uma tendência de adaptar as nossas festividades e tradições de Natal para diferentes culturas, posição com a qual não concorda, defendendo que a nossa cultura deve ser afirmada com maior firmeza, considerando que é dessa forma que melhor se promove a integração e não através da diluição das tradições culturais. Após análise do mapa do pessoal constatou uma redução de postos de trabalho, mais focado nas funções administrativas e menos em funções operacionais, no entanto, apesar de existirem menos postos de trabalho, o orçamento

destinado a despesas com pessoal é superior ao de anos anteriores. Indicou que, de acordo com os dados dos relatórios de orçamento e receita, em 2022 foram despendidos cerca de 4.800.000,00€ (quatro milhões e oitocentos mil euros) em gastos com pessoal, estando previstos para 2026 cerca de 8.000.000,00€ (oito milhões de euros), o que corresponde a um aumento de aproximadamente 62,8%. Com base nestes números, colocou três questões ao Senhor Presidente de Câmara: em primeiro, se houve efetivamente maior celeridade nos processos administrativos do Município. Segundo, se nesta valorização, que afirmou apoiar, sendo favorável à valorização das carreiras e aos aumentos salariais, ninguém foi deixado para trás, questionando se todos os trabalhadores beneficiaram desta atualização. Por último, questionou se considera que os serviços do Município estão 62% melhores do que em 2022 e se, à semelhança do que foi feito no período eleitoral, através de um questionário para medir o grau de satisfação em várias áreas do concelho, estaria igualmente disponível para lançar um novo inquérito que permitisse aferir a satisfação dos munícipes relativamente aos serviços municipais. -----

--- No uso da palavra, o Presidente do Município, respondeu ao deputado Joaquim Cavaca, mencionando a importância da Proteção Civil, mais especializada, com maior capacidade de planeamento, pelo que necessitamos de investir nos recursos humanos e na sua formação, que deve ser visto como um investimento e não como uma despesa quando é bem executado. Assume a escolha do coordenador pela experiência e pelo vasto currículo na área da Proteção Civil. Em resposta à intervenção do deputado Luís Fernandes, informa que a subida dos salários é uma forma de dignificar e valorizar os trabalhadores de modo a ter bons serviços. Não tendo bases de comparação em relação a 2022 afirma e confirma que com dois meses de mandato, tem vindo a crescer a admiração e o respeito por quem trabalha no Município, pelo trabalho que faz, pela forma como encara o serviço público, pela maneira como muitas vezes contraria uma imagem injusta dos trabalhadores que cumpre com os seus deveres, sendo natural que as despesas venham a crescer com o pessoal. -----

--- Interveio o membro da Assembleia Municipal, João Caramelo, questionando se o Município está disponível para custear as despesas de formação profissional de todos os funcionários que se propõem a frequentar formações de modo a poderem progredir na carreira, sendo um incentivo, no sentido de fixar a população, de satisfazer de forma direta e imediata os funcionários e contribuir para uma melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo Município.-----

--- Tomou a palavra o Presidente da Câmara confirmando que o Município tem essa ambição e se os critérios forem reunidos, concordará com esse investimento nos trabalhadores municipais. -----

--- Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto sete**. -----

--- No uso da palavra, o Presidente do Município referiu que os documentos previsionais são um instrumento muito importante de planeamento que deve refletir a visão estratégica do Município, devendo ser providos de realismo e ambição, realçando que se trata de um exercício bastante complexo, sendo necessário estabelecer prioridades e fazer a ligação entre o passado e o futuro, tentando atender o melhor possível às

necessidades do concelho. Realçou a existência de três grandes objetivos estratégicos. O primeiro tem um papel histórico que é promover a segurança e a qualidade de vida das pessoas, investindo nas condições de trabalho dos trabalhadores municipais, exemplo disso são: a previsão de obras do armazém 4 (quatro), obras de beneficiação do Edifício B, uma forte previsão de investimento na educação, através da requalificação das escolas de Trancoso e de Vila Franca das Naves, Pré-Escolar (polo I e polo II) e escola EB1. Existe também um investimento a nível do saneamento, na obra de Golfar que já iniciou, algumas intervenções no Estádio Municipal, nas Piscinas Municipais de Trancoso e Vila Franca das Naves, assim como no urbanismo com a execução do Largo do Mercado de Vila Franca das Naves e a requalificação dos postos da GNR de Trancoso e Vila Franca das Naves. O segundo objetivo é garantir as melhores condições para o investimento privado e para a criação de riqueza do concelho, através da ampliação elétrica e beneficiação da área de acolhimento empresarial, bem como o melhoramento das infraestruturas das feiras e mercados e a aposta na sua promoção. Por último, o terceiro objetivo centra-se em afirmar a nossa cultura, a identidade concelhia e a relevância que já temos a nível histórico-cultural, com a elaboração de planos de pormenor da albufeira da Teja e da valorização do Campo Militar da Batalha de Trancoso. Tudo isso mantendo a dívida dentro dos limites comportáveis que resulta num orçamento global de 23.803.084,00€ (vinte e três milhões, oitocentos e três mil e oitenta e quatro euros). -----

--- Interveio o membro da assembleia, Mário Gonçalves, referindo existirem obras iniciadas nos mandatos anteriores, que nunca foram executadas e que agora figuram neste novo mandato, nomeadamente o Cemitério de Trancoso, a situação da Ribeirinha e a Zona Industrial II de Vila Franca das Naves, considerando não ter sido feito nada, em cinco anos, sugerindo que os orçamentos apresentados sejam mais realistas. Mencionou as três escolas que continuam em plano, questionando se as candidaturas já se encontram aprovadas, estando aprovadas para quando o início das obras e não estando qual o prazo previsto de aprovação, em termos financeiros. Gostaria de ver refletido no orçamento um maior desenvolvimento económico e social de modo a proporcionar melhor qualidade de vida aos Municípios. Questionou o Executivo qual será a obra principal, ambicionada, para este mandato. Referiu que a taxa de endividamento foi superior a 50%, considerando não haver necessidade de mencionar empreendimentos, sem execução. Terminou referindo uma norma "...na administração central, desconcentrada, as verbas através das Direções Gerais dos vários Ministérios, não transitam para os anos económicos seguintes, retornando aos cofres do Estado...", considerando que o mesmo deveria ser feito a nível municipal, de modo a que os técnicos tivessem mais preocupações, não desvalorizando o trabalho prestados pelos técnicos, de modo a que não houvesse prejuízos, elevando as GOP's para um patamar superior. Relembrou o corte, em termos de urbanismo, efetuado no PDM de Vila Franca das Naves, na ordem dos 40%, levando à falta de oferta de arrendamento e de terrenos disponíveis para construção, convidando o Senhor Presidente a visitar um espaço em Vila Franca das Naves, entre a Rua Rei D. Luís e a Rua do Salgueiro, onde existem as infraestruturas necessárias para colmatar a falta dos referidos meios. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Luís Fernandes, mencionando que este é o ponto central desta

Assembleia, que apresenta os principais compromissos para o ano 2026, bem como demonstra a visão estratégica do Município. Solicitou pedidos de esclarecimento/reflexão no sentido de compreender as decisões tomadas e aperfeiçoar estes instrumentos para o futuro. Mencionou a designação de “outros, outras ou diversos, não sendo estas designações irregulares”, compreendendo existir rubricas residuais ou agregadoras, salientando que em 2022 existia um orçamento de cerca de 8%, em 2023 de 7%, em 2024 de 5%, em 2025 de 6% e para 2026 prevê-se de 20% da despesa orçamentada equivalendo a cerca de 5.000.000,00€ (cinco milhões de euros), nesse sentido questionou que tipos de despesas estão agregadas nessas rubricas e que justifiquem este aumento percentual significativo e se no futuro poderá existir a possibilidade de apresentar informação mais detalhada, de modo a que seja perceptível por todos. Mencionou não entender a designação de “abono para falhas”, num valor de cerca de 10.000,00€ (dez mil euros). Questionou que tipos de serviços estão agregados ao tema “Limpeza e Higiene” e quais os tipos de serviços incluídos, qual a proporção dos meios próprios e da contratação externa, num valor de 570.000,00€ (quinhentos e setenta mil euros) ao ano, interrogando se é um reforço dos serviços ou um valor habitual para esta rubrica. Mencionou não existir nenhuma rubrica afeta à demografia, considerando ser um fator de grande importância para o desenvolvimento do concelho. -----

--- Interveio o membro da assembleia municipal, Gonçalo Santos, questionando o Executivo se ao longo do presente mandato, está previsto que o Município convoque o Conselho Municipal da Juventude? Salientou que o Conselho Municipal da Juventude é um instrumento formal de participação democrática, que permite auscultar os jovens, as associações juvenis, políticas e não políticas, sobre as suas necessidades, expectativas e prioridades. Salientou existirem candidaturas abertas para a participação das escolas, realçando a necessidade de serem convocados os jovens que já saíram do concelho e que manifestam vontade de regressar, mas, na prática, não conseguem fazê-lo. Nos últimos 12 (doze) anos, este Conselho foi convocado apenas uma vez, não tendo tido efeitos visíveis do ponto de vista público nem consequências práticas nas opções do Município. No momento em que se discute o orçamento e as grandes opções estratégicas para o ano de 2026, parece essencial perceber se este mecanismo de participação será, de facto, valorizado e utilizado, ou se voltará a ficar reduzido a um mero cumprimento formal. A Juventude não pode ser chamada apenas para constar ou para votar, devendo ser chamada para ser ouvida, considerada e integrada nas decisões. -----

--- Interveio a presidente da união das freguesias de Vale do Seixo e Vila Garcia, Ivone Mouco, mencionando que uma das questões já foi abordada pelo deputado Gonçalo Santos, mas gostaria ainda de colocar a seguinte reflexão: quando é que um apoio é verdadeiramente estruturado, isto é, quando existe uma avaliação efetiva que permita introduzir um valor diferenciador, como um apoio à natalidade, capaz de contribuir, de alguma forma, para a fixação de pessoas no concelho? Tudo isto pode parecer muito positivo em teoria, mas a realidade é que as pessoas enfrentam cada vez mais carências e problemas familiares, não tendo capacidade efetiva para contribuir para aquilo que lhes é exigido. Percebemos que, neste momento, o nosso concelho se encontra numa situação extremamente fragilizada. Mesmo que cada um de

nós ou cada uma das juntas de freguesia, possa implementar algumas medidas para proporcionar condições de vida adequadas, nem sempre será o suficiente. -----

--- Interveio o Presidente de junta de Palhais, João Santos, alertando para a situação social ligada à educação, defendendo a necessidade de uma intervenção urgente nos estabelecimentos de ensino do concelho, nomeadamente na Escola EB 2,3, na Escola Secundária e na Escola de Vila Franca das Naves, face às atuais condições, consideradas inadequadas para alunos, funcionários e restante comunidade educativa. Referiu que o Agrupamento de Escolas de Trancoso conta atualmente com cerca de 701 (setecentos e um) alunos, provenientes de cerca de 20 (vinte) nacionalidades, número que tem vindo a aumentar, ao contrário do que sucede noutros concelhos, salientando que todos os alunos, independentemente da sua origem, devem dispor de condições mínimas para o sucesso escolar. Lamentou que, apesar da participação da comunidade educativa em projetos anteriores, muitas das necessidades identificadas não tenham sido consideradas, sublinhando a importância de ouvir quem vive diariamente a realidade das escolas, salientando problemas estruturais, como infiltrações, entradas de frio e desperdício energético, defendendo uma reabilitação adequada dos edifícios, incluindo melhorias ao nível da eficiência energética. Referiu ainda a situação do Centro Escolar da Ribeirinha, manifestando preocupação pelo facto de um edifício relativamente recente apresentar já necessidade de intervenções repetidas. Concluiu manifestando confiança no empenho do Executivo Municipal para a concretização célere dos projetos necessários. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Daniel Almeida, congratulando o Senhor Presidente da Câmara pela apresentação de um orçamento que considerou ambicioso e elaborado em tempo recorde, salientando que o processo teve início apenas a partir de 30 de outubro, tendo o Executivo conseguido apresentar à Assembleia Municipal um orçamento robusto e dentro dos prazos legais. Destacou o forte investimento na educação, sublinhando tratar-se de uma prioridade pessoal do Senhor Presidente e também do Partido Socialista, defendendo que o investimento no sistema educativo é fundamental para garantir igualdade de oportunidades e mobilidade social, motivo pelo qual afirmou o voto favorável do Partido Socialista a todas as medidas nesta área. Referiu ainda que o orçamento contempla investimentos relevantes para a juventude e o desporto, nomeadamente ao nível das infraestruturas municipais, incluindo as piscinas, bem como intervenções em espaços económicos estratégicos, como o mercado municipal, feiras e zonas de acolhimento empresarial, considerando estes investimentos essenciais para o desenvolvimento económico local. Relativamente ao Conselho Municipal da Juventude, esclareceu que a sua constituição depende também da designação de representantes por parte da Assembleia Municipal, manifestando confiança de que o Executivo promoverá esse processo no próximo ano. Criticou a insistência da oposição em grandes obras de cariz megalómano, defendendo que os verdadeiros investimentos estruturantes são os que valorizam as pessoas, os trabalhadores do Município, a educação e o tecido económico local. Por último, abordou a questão do saneamento, salientando que o orçamento contempla a continuidade das obras na aldeia de Golfar, considerando este facto como prova do cumprimento dos compromissos assumidos pelo

Executivo perante a população. -----

--- Interveio o membro da assembleia, João Caramelo, referindo uma satisfação moderada relativamente à proposta de Orçamento para o ano de 2026, reconhecendo que, pela primeira vez desde que é Deputado Municipal, o Executivo apresenta três vetores estratégicos orientadores da atuação do Município, o que considerou um avanço face a orçamentos anteriores, felicitando o Senhor Presidente da Câmara por esse facto. Esclareceu, contudo, que o seu grupo municipal se irá abster na votação do Orçamento, apontando duas razões estruturais para essa posição. Em primeiro lugar, referiu a persistente sobreorçamentação das receitas, havendo sempre uma previsão superior àquilo que se vem a revelar posteriormente, percebendo que possam haver razões de natureza de concessão de crédito bancário para que possa existir um orçamento maior, afirmando que, historicamente, a taxa de execução nunca ultrapassou os 70%, considerando preferível a apresentação de um orçamento mais realista. Em segundo lugar, apontou a subexecução crónica da despesa, exemplificando o ano de 2025, em que a taxa de execução foi de cerca de 50%, situação que classificou como estrutural e não conjuntural, impedindo um voto favorável ao documento. Solicitou ainda ao Senhor Presidente de Câmara que, para além da definição de objetivos estratégicos, se avance para decisões concretas, questionando se está prevista a aquisição de terrenos de modo a permitir o crescimento futuro da estação ferroviária de Vila Franca das Naves, considerando que a plataforma ferroviária da Guarda poderá não ser suficiente a médio e longo prazo, defendendo a necessidade de planeamento a 10 (dez) ou 15(quinze) anos, de forma a evitar custos acrescidos no futuro. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Pedro Dias, referindo que os documentos apresentados não constituem apenas instrumentos técnicos, mas representam opções políticas que devem ser avaliadas enquanto tal. Considerou que o Plano e o Orçamento para o ano de 2026 revelam ausência de escolhas estratégicas claras, apontando a existência de dezenas de ações dispersas, muitas com dotações meramente simbólicas, entendendo que tal não configura o verdadeiro planeamento estratégico, mas antes uma tentativa de agradar a todos, sem impacto transformador nem visão estruturante. Classificou o Orçamento de 2026 como um documento sem ambição e sem coragem política, defendendo que não apresenta uma aposta clara na criação de riqueza, na fixação da população ou na dinamização económica do território, limitando-se a gerir o presente e a adiar decisões estruturais. Questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre quais os projetos estruturantes efetivamente garantidos para além de 2026, solicitando esclarecimentos quanto ao financiamento já assegurado. Concluiu afirmando ser necessário criar esperança e mudar orientações, em vez de manter as mesmas linhas de atuação. -----

--- No uso da palavra o Presidente da Câmara agradeceu as intervenções de todos os Deputados Municipais, sublinhando a importância do debate democrático e referindo que nunca se arrependeu de ouvir contributos, por considerar que estes permitem melhorar os instrumentos de gestão do Município. Respondendo ao deputado Mário Gonçalves, em relação às escolas, informou que decorreu uma reunião na CCDRC, com a Senhora Presidente, Doutora Isabel Damasceno, no dia 20 de novembro, na qual foi comunicado que as candidaturas das escolas terão de migrar para um novo aviso, financiado pelo Banco Europeu de

Investimento, numa primeira fase as escolas urgentes e posteriormente, para as prioritárias. Referiu ainda que a principal obra que gostaria de concretizar neste mandato é a criação de um parque de lazer e educação ambiental na Barragem da Teja. Quanto ao novo loteamento proposto em Vila Franca das Naves, manifestou disponibilidade para visitar o local, afim de avaliar conjuntamente a situação. Em resposta ao deputado Luís Fernandes, explicou que a existência de rúbricas mais genéricas no orçamento resulta de recomendações dos técnicos municipais, visando agilizar procedimentos e evitar constantes alterações orçamentais, nomeadamente em eventos como a Feira de São Bartolomeu ou a Feira da Castanha. Acrescentou que todas as despesas são devidamente registadas na contabilidade municipal e podem ser consultadas pelos deputados. Clarificou ainda que o abono para falhas se destina essencialmente aos trabalhadores da tesouraria e serviços com manuseamento de numerário. Quanto à questão da “Higiene e Limpeza”, referiu também a necessidade de renovação do contrato dos resíduos sólidos urbanos. Em resposta ao deputado Gonçalo Santos, confirmou a intenção de ativar o Conselho Municipal da Juventude, salientando a importância de ouvir os jovens, manifestando a expectativa de contar com representantes indicados pelos diversos grupos municipais. Esclareceu a Presidente de junta, Ivone Mouco, que os incentivos financeiros diretos à natalidade não têm impacto significativo, defendendo antes políticas centradas na qualidade da educação, infraestruturas para a infância, saúde, mobilidade e apoio às famílias, como forma mais eficaz de promover a natalidade. Respondeu ao Presidente de junta, João Santos, reafirmando a disponibilidade para ouvir as propostas relativas às obras nas escolas, referindo já ter visitado praticamente todos os estabelecimentos de ensino do concelho nas primeiras sete a oito semanas de mandato e que houve reforço de recursos humanos para responder às necessidades identificadas, incluindo no Centro Escolar da Ribeirinha. Respondeu ao deputado Daniel Almeida, reconhecendo o desafio de preparar os documentos orçamentais em tão curto espaço de tempo, agradecendo o contributo dos técnicos do Município. Em resposta ao deputado João Caramelo, comentou a forma de apresentação da sua intervenção, em que fez um exercício retórico, no bom sentido, em que primeiro louvou as virtudes e depois repreendeu os vícios, anotando o proferido. Relativamente às receitas, salientou que o orçamento apresenta menos 5.000.000,00€ (cinco milhões de euros) face ao ano anterior, procurando uma maior aproximação à realidade financeira. Sobre a eventual aquisição de terrenos em Vila Franca das Naves, referiu a necessidade de uma reunião prévia com a Administração do Porto Seco da Guarda, para avaliar se será necessário um complemento de área e, em caso afirmativo, posicionar o Município de forma estratégica. Em resposta ao deputado Pedro Dias, discordou das suas intervenções, mas reconheceu a importância de projetos estruturantes, referindo que intervenções como: as Escolas, o projeto da Barragem da Teja ou o Campo Militar da Batalha de São Marcos constituem projetos âncora com impacto nos anos seguintes, essenciais para criar esperança e promover o desenvolvimento do concelho. Concluiu afirmando que, de forma geral, procurou dar resposta a todas as questões colocadas. -----

--- Colocado o ponto à votação pelo Presidente da Mesa, o mesmo foi aprovado por maioria, com 26 (vinte e seis) votos a favor e 17 (dezassete) abstenções. -----

--- Interveio o membro da assembleia, António Nascimento, apresentando a declaração de voto em nome da Coligação Por Si - Por Trancoso: “ O Grupo Municipal da Coligação «Por Si - Por Trancoso» vem apresentar a sua declaração de voto de Abstenção relativamente ao Orçamento Municipal para 2026, com base nos seguintes fundamentos: 1 - Responsabilidade e Estabilidade: A nossa abstenção é uma decisão de oposição responsável. Reconhecemos a importância de dotar o Município de instrumentos financeiros para o próximo ano, evitando a paralisia administrativa que o voto contra poderia causar, mas recusamos validar politicamente as opções deste executivo. 2 - Baixa Taxa de Execução Crónica: Criticamos a discrepância entre as promessas de investimento e a realidade da "obra feita". Em 2025, assistimos novamente a taxas de execução de capital aquém do esperado, o que torna as previsões para 2026 pouco credíveis e meramente propagandísticas. 3 - Urgência do PRR e Investimento Estruturante: Sendo 2026 o ano limite para a execução do PRR, manifestamos profunda preocupação com o ritmo lento de projetos fundamentais na área da reforma administrativa, da educação, da habitação pública, do turismo e da mobilidade. A nossa abstenção reflete uma "vigilância apertada" sobre a capacidade de o Município não perder estas verbas comunitárias irrepetíveis. 4 - Desafios da Descentralização: O orçamento para 2026 prevê um aumento das transferências do Estado, mas este executivo falha em detalhar como pretende assegurar a qualidade dos serviços públicos nas áreas da educação, da solidariedade social e da saúde, sem sobrecarregar o contribuinte local. 5- Falta de Resposta ao Custo de Vida: Consideramos que este orçamento não utiliza plenamente a margem de manobra fiscal do Município para aliviar as famílias e empresas locais num contexto de pressão inflacionária ainda persistente. Em suma, abtemo-nos para não bloquear o funcionamento da autarquia, mas manteremos uma fiscalização intransigente para garantir que os recursos públicos são geridos com a eficiência que os munícipes exigem e merecem.” -----

--- Interveio o membro da assembleia, Luís Fernandes, apresentando a seguinte declaração de voto “Abstenho-me na votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2026 (ponto 7) por considerar que os documentos apresentados apresentam fragilidades relevantes ao nível da transparência, do planeamento estratégico e da clareza na afetação dos recursos públicos. Um dos aspetos mais preocupantes prende-se com a utilização excessiva de rubricas genéricas, designadamente sob a designação "outros". A análise comparativa dos últimos anos demonstra que esta rubrica assumia, até agora, um peso relativamente controlado no orçamento municipal: 2022: 8% da despesa total, 2023: 7% da despesa total, 2024: 5% da despesa total, 2025: 6% da despesa total. Em contraste, no orçamento para 2026, a rubrica “outros” atinge cerca de 20% da despesa total, correspondendo a aproximadamente 4,8 milhões de euros. Este aumento abrupto e desproporcionado representa uma clara regressão em termos de especialização orçamental, dificultando o escrutínio efetivo da despesa e enfraquecendo a transparência que deve caracterizar os instrumentos de planeamento municipal. Embora a utilização pontual de rubricas genéricas não seja ilegal, o seu peso acumulado nesta dimensão contraria os princípios da transparência, da especialidade e da boa administração, que devem orientar a elaboração das Grandes Opções do Plano enquanto documento estratégico e político. Acresce que as GOP para 2026 continuam a não apresentar uma visão estruturada e

consistente para o futuro do concelho, nomeadamente no que respeita: à inversão do declínio demográfico, à fixação e atração de população jovem e ativa e à criação de condições sustentadas para o desenvolvimento económico local. O investimento previsto revela-se maioritariamente orientado para a gestão corrente e manutenção do existente, sem a identificação clara de projetos estruturantes capazes de alterar a trajetória do concelho. A presente abstenção não visa bloquear a governação municipal, mas constitui um sinal político de exigência, alertando para a necessidade de: maior rigor e detalhe na estrutura orçamental, redução do recurso a rubricas genéricas de elevado montante e reforço de uma estratégia clara de desenvolvimento, coesão territorial e fixação de pessoas. Nestes termos, e pelos fundamentos expostos, voto pela abstenção.”

--- Interveio o membro da assembleia, Pedro Dias, apresentando a declaração de voto da bancada do "Nós Cidadãos — Unidos por Trancoso": “vai abster-se na votação do Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano para 2026, por considerar que estes documentos representam a continuação de um modelo político esgotado, baseado na gestão acomodada, na dispersão de recursos e na recusa sistemática em assumir uma estratégia transformadora para o concelho de Trancoso. O nosso voto não resulta de oposição por princípio, mas de uma oposição responsável, assente numa visão alternativa clara para o futuro do concelho. Não está em causa a legalidade nem o equilíbrio formal do orçamento, mas sim a ausência de liderança política, de prioridades estratégicas e de ambição para enfrentar os desafios estruturais que Trancoso enfrenta. O investimento municipal apresentado para 2026 confirma a opção do executivo por um caminho de mínima exigência: recursos excessivamente fragmentados, projetos de reduzido impacto e nenhuma aposta inequívoca em investimentos estruturantes capazes de gerar desenvolvimento económico, fixar população e criar emprego qualificado. Esta escolha não é técnica, é política — e revela uma clara falta de coragem para decidir e para concentrar investimento onde ele poderia ser verdadeiramente transformador. Enquanto bancada, afirmamos que Trancoso precisa de um rumo diferente. Precisa de um projeto político que assuma prioridades claras, que concentre recursos em áreas estratégicas, que aposte na valorização económica do território, nomeadamente apostando na agricultura, na inovação, na floresta, na água e no património como motores de desenvolvimento, que crie futuro para os jovens, através da fixação jovens e famílias, do apoio ao regresso de jovens qualificados e da criação de emprego sustentável, na atração investimento e emprego, com zonas empresariais qualificadas, apoio real aos empreendedores com efetiva redução da burocracia, na modernização da administração e numa política social integrada que promova a dignidade, autonomia e acesso efetivo à saúde, educação e habitação. Também ao nível da organização municipal, rejeitamos a lógica de reforço da despesa permanente sem uma reforma profunda dos serviços. Defendemos uma administração moderna, eficiente, transparente e orientada para resultados, ao serviço dos cidadãos e do desenvolvimento do concelho. Este orçamento não falha por falta de meios. Falha por falta de visão e de ambição política. Falha porque o executivo escolheu gerir sem liderar, manter sem transformar e adiar sem decidir. A bancada do Nós Cidadãos — Unidos por Trancoso assume, de forma clara e responsável, o papel de alternativa política neste concelho. Uma alternativa que acredita que Trancoso pode mais, pode melhor e merece mais do que a continuidade de um modelo que se limita a administrar o

presente. Por estas razões, e porque acreditamos que o futuro de Trancoso exige coragem, visão estratégica e liderança, abstermo-nos na votação do Orçamento Municipal e as Grandes Opções do Plano para 2026.” -

--- Interveio o membro da assembleia, Daniel Almeida, apresentando a seguinte declaração de voto, em nome da bancada do PS: “Declaração de voto do Grupo Municipal do Partido Socialista relativamente à Proposta de Orçamento da Receita e da Despesa e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2026. No passado dia 12 de outubro do presente ano, os Trancosenses foram chamados ao exercício responsável do seu direito de voto para a escolha dos seus representantes nos órgãos autárquicos para o quadriénio 2025-2029. Consequentemente, o apuramento dos resultados eleitorais ditou o rumo do Município de Trancoso para os próximos 4 anos. Por um lado, verificamos que os Trancosenses votaram avaliando a atuação dos executivos do Partido Socialista pelo exercício do poder local durante os últimos mandatos, ponderando, seguramente, quer o modo como foi exercido, quer as opções políticas tomadas, quer os resultados globais alcançados durante os últimos 12 anos de governação do Partido Socialista no Concelho de Trancoso. Por outro lado, os Trancosenses ponderaram e votaram, de forma expressiva e inequívoca – com uma taxa de participação a rondar os 70% – não só, nos Projetos políticos apresentados para o nosso Município pelas diferentes candidaturas, como também nas respetivas equipas que assumiam a responsabilidade, o modo e a forma de os executar, resultando numa comunidade ativa e atenta que quer tomar parte no seu futuro coletivo. No boletim de voto, os Trancosenses puderam escolher caminhos diferentes para o rumo do Concelho de Trancoso. Essa escolha, essa visão de futuro, esse modo de exercício do poder local, recaiu nas candidaturas do Partido Socialista, quer para a Câmara Municipal, quer para a Assembleia Municipal, quer para parte significativa das Assembleias de Freguesia do nosso Município. O Partido Socialista apresentou um programa eleitoral assente essencialmente em três pilares principais: um pilar de proximidade e transparência, um pilar de contas certas e credibilidade financeira do Município, e um pilar de dinamização económica e cultural aliada à resiliência e sustentabilidade do território face aos desafios coletivos futuros.

Caras Senhoras Deputadas e Senhores Deputados: E neste contexto que o Executivo Municipal nos entrega os documentos relativos à proposta de orçamento da receita e da despesa e das grandes opções do plano para o ano de 2026, que cabe agora analisar. Em primeiro lugar, é de realçar o esforço desenvolvido para apresentar estes os documentos previsionais do Município de Trancoso para o ano de 2026 em tão curto espaço de tempo, face à cerimónia de instalação dos novos órgãos a 30 de outubro de 2025. Sabemos que estes documentos constituem um instrumento fundamental de planeamento, programação e gestão da atividade municipal, traduzindo, de forma integrada, a visão estratégica do Executivo para o desenvolvimento do concelho; pelo que, ao refletirem as prioridades políticas definidas para o mandato, este era um passo crucial para o novo executivo, que cabe congratular. Por um lado, os documentos previsionais votados apresentam-se formalmente corretos respeitando a legislação em vigor, nomeadamente, mas sem restringir, o preceituado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e bem assim, na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, designadamente o seu artigo 40.º, relativo às regras de equilíbrio orçamental, ambas na sua redação atual.

Por outro lado, os documentos previsionais que votámos conseguem estabelecer objetivos programáticos estratégicos a médio e curto prazo, assentes numa política de equilíbrio orçamental – de capacitação financeira do Município e de respeito pelos compromissos – a par de uma política de desenvolvimento que aloca recursos às diferentes áreas de intervenção municipal, de acordo com as prioridades estabelecidas pelo novo executivo Socialista: (i) a qualidade de vida da população, (ii) a dinamização económica do Concelho e (iii) a valorização do seu património histórico e cultural. Em segundo lugar, da análise dos documentos previsionais que votámos, verifica-se que o novo executivo municipal socialista identifica três objetivos estratégicos principais para o concelho de Trancoso. Vejamos: 1 - Promover a segurança e a qualidade de vida, o qual encontra expressão num conjunto significativo de investimentos e ações nas áreas sociais, educativas, ambientais, urbanísticas e desportivas. Em especial, o grupo municipal do PS destaca a particular atenção que este executivo municipal presta à educação, concretizado pela aposta na melhoria das infraestruturas escolares, na manutenção e requalificação dos estabelecimentos de ensino, bem como no apoio às atividades educativas e complementares. A educação é o núcleo nevrálgico de todas as políticas de desenvolvimento humano e social, pelo que nos congratulamos com uma política socialista de priorizar a criação de melhores condições de aprendizagem, promoção da igualdade de oportunidades e estabilização de população jovem no concelho. Destaque ainda para a proteção civil como outra área prioritária, refletindo a preocupação do Município com a segurança das populações e a prevenção de riscos. Verificamos que os investimentos previstos destinam-se ao reforço dos meios materiais e operacionais, à melhoria das infraestruturas de apoio e à implementação de medidas de prevenção e mitigação de riscos naturais como os incêndios, num contexto em que as alterações climáticas exigem respostas cada vez mais eficazes e planeadas. Trazendo à colação a ação climática, destaque também a aposta na sustentabilidade ambiental e na valorização dos recursos naturais, com ações que apostam na melhoria da gestão de resíduos urbanos, na proteção dos espaços verdes, na promoção da eficiência energética e a sensibilização ambiental da população, contribuindo para um território mais equilibrado, resiliente e atrativo. Também a habitação surge como uma área estratégica que procura garantir condições dignas de alojamento e de coesão social, aqui se incluindo investimentos para a construção e reabilitação do parque habitacional, o apoio à habitação social e a criação de condições que facilitem o acesso à habitação, especialmente para jovens e famílias. Por fim, a segurança, numa perspetiva mais ampla, é também contemplada nestes documentos previsionais: seja através da melhoria do espaço público, nomeadamente, da iluminação urbana, seja da colaboração com as forças de segurança, nomeadamente no apoio à requalificação das infraestruturas da GNR do concelho, em Trancoso e Vila Franca das Naves, reforçando o sentimento de proteção e bem-estar da população. 2 - Garantir melhores condições para o investimento e a criação de riqueza e emprego, o qual concretiza-se através do apoio ao tecido empresarial, da modernização das feiras e mercados e da beneficiação das áreas de acolhimento empresarial. Em especial, o grupo municipal do PS destaca a particular atenção que este executivo municipal presta à modernização das infraestruturas, à melhoria das condições de funcionamento e à valorização dos espaços, seja do espaço das feiras e do mercado, seja do

espaço relativo à área de acolhimento empresarial, os quais, todos, na sua específica valência, contribuem para o reforço da atividade económica e para a atratividade do nosso Concelho. 3 - Afirmar Trancoso como uma referência histórico-cultural, traduzido no reforço do investimento na cultura, no património e na promoção da identidade local, seja através de ações de valorização, conservação e promoção do património histórico, seja através do apoio à programação cultural, às associações culturais e à realização de eventos que contribui para a dinamização da vida cultural do concelho, para o envolvimento da comunidade e para a projeção externa de Trancoso. Caras Senhoras Deputadas e Senhores Deputados: Os três objetivos principais que elencámos refletem uma política de investimento focada nos principais setores de desenvolvimento do Município, cujo denominador comum é a luta incessante pela melhoria das condições e qualidade de vida dos Trancosenses, procurando encontrar respostas para as vontades de progresso e bem-estar das pessoas, as nossas gentes. Ao mesmo tempo, e como aduzimos supra, a política orçamental e as grandes opções do plano reforçam a contínua e consistente trajetória de consolidação das contas municipais, através de uma estratégia financeira assente na redução progressiva da dívida, com o pagamento de compromissos previamente assumidos, reforçando, assim, a credibilidade financeira do Município e libertando, ano a ano, recursos para o investimento futuro. O orçamento da receita e da despesa para 2026, apresenta um valor total de receitas de 23.803.084,00€, sendo 17.034.674,00€ provenientes de receitas correntes e 6.768.410,00€ de receitas de capital, enquanto o total de despesas está repartido entre 15.859.033,00€ para despesas correntes e 7.944.051,00€ para despesas de capital. Por conseguinte, é de salientar que a receita corrente supera a despesa corrente em 1.175.641,00€. Ante o exposto, o grupo municipal do Partido Socialista vota favoravelmente todos os documentos relativos à proposta de orçamento da receita e da despesa e das grandes opções do plano para o ano de 2026.” -----

--- Interveio a presidente da união de freguesias de Vale do Seixo e Vila Garcia, Ivone Mouco, apresentando a seguinte declaração de voto: “ Neste que é o primeiro orçamento deste mandato, o mesmo, que na minha opinião é, efetivamente pouco ambicioso e sem olhar para o desenvolvimento das nossas freguesias É imperativo olhar para as potencialidades do nosso território, das nossas gentes, do nosso património e de toda a cultura imaterial que não se centra apenas e só na sede do concelho. Há temas que não podemos deixar de “alertar”, pois os mesmos são temas centrais, quer para a junta de freguesia, quer para a população. Para quando a delegação de competências às juntas de freguesia? As juntas de freguesia executam obras, no perímetro urbano das freguesias, nomeadamente arruamentos que realizamos com o nosso orçamento e sem qualquer apoio por parte do Município. Para quando um plano de atividades lúdicas e desportivas para todos os trancosenses? As nossas freguesias precisam que alguém lhes permita o acesso às possibilidades que há em termos culturais e desportivos, mas uma das maiores lacunas é o transporte. Precisamos estabelecer um diálogo sério sobre oportunidades e igualdade. Para quando um debate sério sobre os benefícios de um cartão municipal de saúde? Estamos, no concelho, com uma clara carência de recursos nesta área, pois uma opção centrada nos cuidados de saúde, não só fixa pessoas nos territórios, como ajuda à permanência dos que já se estabeleceram por cá. Hoje, utilizando uma analogia desportiva

com fair play mostro um cartão amarelo, como quem diz abstenho-me nesta Proposta do Orçamento da Receitas e da Despesa e das Grandes Opções do Plano para 2026. Relativamente à minha freguesia, gostava que houvesse um claro e objetivo olhar para: Ponte dos carvalhais; Escola primária de Vila Garcia; Limpeza e reabilitação dos muros de suporte da ribeira das Carigas. Quero acreditar que, daqui a um ano, sensivelmente, estamos a dar um cartão branco, pois as freguesias estiveram no centro das Grandes Opções do Plano para 2027 e no Orçamento da Receitas e da Despesa para 2027, haja uma “fatia” considerável para quem sabe, as delegações de competências ou aposta em obras centradas no desenvolvimento e afirmação das mesmas freguesias. Todos somos poucos para incrementar o progresso de Trancoso, as freguesias e os Trancosenses. Aos presentes, aos Trancosenses que estão a passar esta época natalícia por cá e aos que, por questões pessoais ou profissionais não se encontram por cá, mas que muito acrescentam ao nosso concelho. Votos de um Santo e Feliz Natal, extensivos às vossas famílias.” ---

--- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **ponto oito**. -----

--- No uso da palavra, o Presidente da Câmara, mencionou que se encontra ativo até 30 de abril de 2026, um contrato de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, havendo a necessidade de preparar os elementos para o lançamento de um novo concurso, de modo a que o serviço continue a ser garantido em todo o concelho. Aquando da preparação do novo concurso houve a necessidade de se efetuar um reforço atendendo à sazonalidade, à substituição e manutenção de alguns contentores, bem como a realização de uma ação de sensibilização ambiental. O concurso público terá uma duração prevista para a prestação do serviço de 36 (trinta e seis) meses, tratando-se de uma despesa plurianual, perfazendo um valor global de cerca de 864.000,00€ (oitocentos e sessenta e quatro mil euros) de valor base. Neste sentido solicita-se autorização prévia desta Assembleia para a contratação mencionada e consequente assunção de despesa.

--- Colocada a proposta a votação pelo Presidente da Mesa, foi a mesma aprovada por unanimidade. De seguida informou que se iria passar ao **ponto nove**. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Daniel Almeida, propondo para o ponto nove a nomeação do Senhor Presidente da união de freguesias de Freches e Torres, José Manuel Amoedo. -----

--- No uso da palavra o Presidente da Mesa informou que, não havendo mais propostas e não se registando qualquer voto contra ou abstenção, foi designado o presidente da união de freguesias de Freches e Torres, José Manuel do Nascimento Amoedo, como representante das freguesias do concelho na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais. De seguida informou que se iria passar ao **ponto dez**. ----

--- Interveio o membro da assembleia, Daniel Almeida, propondo para o ponto dez a nomeação do Senhor Presidente da junta de freguesia da Póvoa do Concelho, Francisco Custódio. -----

--- No uso da palavra o Presidente da Mesa informou que, não havendo mais propostas e não se registando qualquer voto contra ou abstenção, foi designado o Presidente da junta de freguesia da Póvoa do Concelho, Francisco Miguel Condesso Quelhas Custódio para representante da Juntas de Freguesia na Comissão Municipal de Proteção Civil. De seguida informou que se iria passar ao **ponto onze**. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Daniel Almeida, apresentando como candidatos propostos pelas

Bancadas do Partido Socialista e Grupo Nós Cidadãos, para efetivo o Presidente de junta de freguesia de Moreira de Rei, Ricardo Veiga, e como suplente, a Presidente de junta de freguesia dos Cótimos, Verónica Rebelo. -----

--- Interveio o membro da assembleia, António Nascimento, apresentando os candidatos designados pela bancada da Coligação Por Si- Por Trancoso, para efetivo, o Presidente da união de freguesias de Vila Franca das Naves e Feital, Sérgio Pires e, como suplente, o Presidente da junta de freguesia dos Tamanhos, Telmo Lopes. -----

--- No uso da palavra o Presidente da Mesa da Assembleia informou que se designaria de Lista A os Presidentes de junta de freguesia de Moreira de Rei e Cótimos, tendo sido a primeira apresentada, e de Lista B os Presidentes de união de freguesias de Vila Franca das Naves e Feital e dos Tamanhos. Comunicou que deveriam votar todos os membros da Assembleia Municipal eleitos diretamente. Informou que após votação por escrutínio secreto foram apresentados os resultados, tendo havido 21 (vinte e um) votos na Lista A e 22 (vinte e dois) votos na Lista B, ficando eleita a Lista B para representante das Juntas de Freguesia e suplente, ao Congresso da Associação Nacional de Municípios, o Presidente da união de freguesias de Vila Franca das Naves e Feital, Sérgio António Martins Pires e o Presidente da junta de freguesia dos Tamanhos, Telmo André Chalo Lopes. De seguida informou que se iria passar ao **ponto doze**. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Daniel Almeida, apresentando como proposta do Partido Socialista, os deputados Carlos Martins e Daniel Almeida como efetivos e como suplentes os deputados Pedro Dias e Pedro Quelhas. -----

--- No uso da palavra o Presidente da Mesa informou que não havendo outra lista proposta será designada como lista A. Informou que após votação por escrutínio secreto, foi eleita a Lista A com 13 (treze) votos a favor e 9 (nove) votos em branco, para representantes da Assembleia Municipal na Assembleia Intermunicipal da Região Beiras e Serra da Estrela, os deputados Carlos Martins e Daniel Almeida como efetivos e como suplentes os deputados Pedro Dias e Pedro Quelhas. De seguida informou que se iria passar ao **ponto treze**. -----

--- Interveio o membro da assembleia, Daniel Almeida, apresentando como candidato da Bancada do Partido Socialista, o Presidente da junta de freguesia de Palhais, João Santos.-----

---- No uso da palavra o Presidente da Mesa informou que não havendo outra lista proposta será designada como lista A. Informou que após votação por escrutínio secreto, foi eleita a Lista A com 37 (trinta e sete) votos a favor e 6 (seis) votos em branco, para representante dos Presidentes das Juntas de Freguesia no Conselho Municipal da Educação. De seguida informou que se iria passar ao **ponto catorze**. -----

--- Interveio o membro da assembleia, António Nascimento, apresentando o candidato designado pela bancada da Coligação Por Si- Por Trancoso, o Presidente da união de freguesias de Trancoso e Souto Maior, Paulo Rico. -----

--- No uso da palavra o Presidente da Mesa informou que não havendo outra lista proposta será designada como lista A. Informou que após votação por escrutínio secreto, foi eleita a Lista A com 39 (trinta e nove)

votos a favor e 4 (quatro) votos em branco, para representante das Freguesias no Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal.-----

--- No uso da palavra o Presidente da Mesa, informou que no próximo dia 12 de janeiro de 2026 haverá eleições para o Presidente e um Vogal da CCDRC (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro). Dos cadernos eleitorais constam todos os membros da Assembleia em funções, até ao dia 03 de dezembro, nesse sentido será enviada convocatória para essa eleição. Convidou todos os presentes para de seguida confraternizarem num lanche convívio de Natal, oferecido pelo Município. Sugeriu a todos os membros a estarem presentes no acendimento do Madeiro de Natal, dia 24 de dezembro, pelas 16h30m, terminando com o desejo de Boas Festas a todos os presentes. -----

--- O Presidente da Mesa informou que se iria passar ao **Período de intervenção do público**. -----

--- Não havendo intervenções lavrou-se a minuta desta reunião com os resultados das deliberações tomadas, tendo sido aprovada por unanimidade pelos membros da assembleia presentes e assinada pela respetiva Mesa para produzir efeitos imediatos. -----

--- Foi encerrada a sessão da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada irá ser assinada pelos Secretários e Presidente da Mesa. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia

--- O Primeiro Secretário

--- O Segundo Secretário

